



# ADVERBIO

Revista Científica dos Cursos de Comunicação do Centro Universitário FAG

**Vol.17 - N. 33 | 2022 | ISSN 1808-883X**

## **ESTADO, ONGS E EDUCAÇÃO: O PAPEL DO “INSTITUTO HENFIL” EM CURSOS PREPARATÓRIOS PARA O ENEM**

Silvana Vaillões

# **ESTADO, ONGS E EDUCAÇÃO: O PAPEL DO “INSTITUTO HENFIL” EM CURSOS PREPARATÓRIOS PARA O ENEM**

Silvana Vaillões<sup>1</sup>

## **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo analisar a influência do ideário neoliberalista, considerando as ONGs que trabalham com educação, em especial o “Instituto Henfil”, que oferece cursos preparatórios para o ENEM. A concepção neoliberalista afirma que o Estado está em uma crise de eficiência e, para tanto, faz-se necessária uma reforma, que busque maior eficácia e eficiência nos serviços oferecidos ao povo. Assim, a solução seria transferir para setores da chamada “sociedade civil” os serviços que não oferecem lucro ao Estado, já que este é mantenedor dos interesses do capital. Dessa maneira, a lógica do mercado impera, fazendo com que o “terceiro setor”, termo cunhado para designar a sociedade, realize as tarefas que o Estado não consegue desempenhar bem. Pauta-se em autores como Pereira (2001) e Montaño (2006), tendo-se estabelecido uma pesquisa bibliográfica para levantamento e observação dos fatores que influenciam tal questão.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Educação, ONGs, sociedade civil.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Unioeste, campus Cascavel.

## 1. INTRODUÇÃO

Os tempos atuais são tempos de globalização e inovações. As pessoas precisam trabalhar, atender à demanda de criatividade, saber solucionar problemas, ter capacidade de delegar tarefas, cumprir prazos. O advento da internet, do acesso à informação, faz com que, cada vez mais, haja uma cobrança para que as tarefas sejam cumpridas de forma rápida. O mundo pede eficácia, rapidez; exige serviços bem desenvolvidos, com qualidade, que superem as expectativas. Brevidade e acessibilidade são palavras-chave.

A lógica que impera é a do mercado, do capital e do lucro. O Estado, em sua tarefa de manter o domínio do capital, busca suprir os interesses daqueles que estão no poder. Assim, sua incumbência é reproduzir a lógica do mercado, movimentando o lucro para aqueles que fazem parte das classes dominantes.

Considerando essas mudanças, as prioridades da atualidade, afirma-se que o Estado, tal como o conhecemos, está a enfrentar uma crise. Não desenvolve os serviços que precisa desenvolver com a qualidade e eficácia que lhe são cobradas pelas lógicas de mercado; assim, há a necessidade de uma reforma, a fim de que este Estado possa se tornar mais eficiente para o povo. No entanto, é sabido que as diretrizes neoliberais apontam para uma diminuição do papel do Estado, principalmente, no que diz respeito às políticas sociais. Não se concebe que o Estado cumpra com o dever de suprir às necessidades dos cidadãos; o neoliberalismo aponta para uma participação cada vez menor do Estado. Afirma Pereira (1995, p. 94): "O Estado é apenas uma das instituições através da qual a classe dominante legitima seu poder e a sociedade como um todo se organiza e reproduz." De acordo com esse autor, o Estado representa a elite dominante e, assim, mantém sua estrutura política para que haja o funcionamento desses interesses. (Pereira, 1995).

Dessa forma, o Estado deve passar por uma reforma, a fim de que se torne eficaz para a população.

Trata-se aqui de colocar em prática as novas ideias gerenciais e oferecer à sociedade um serviço público de melhor qualidade, atrelando a esse serviço um novo critério de êxito: o objetivo é sempre o melhor atendimento ao cidadão-cliente a um custo menor. (PEREIRA, 2001, p.33).

Pereira (2001) diz que há a necessidade de se reformar o Estado, considerando os moldes do mercado, das empresas privadas, pois elas possibilitam uma eficiência que o Estado não consegue oferecer:

A reforma é gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, e porque visa dar ao administrador público condições efetivas de gerenciar com eficiência as agências públicas. É democrática porque pressupõe a existência de um regime democrático, porque deixa claro o caráter específico – político – da administração pública, e principalmente porque nela os mecanismos de controle, de caráter democrático, são essenciais para que possa haver delegação de autoridade e controle a posteriori dos resultados. (PEREIRA, 2001, p. 42).

No entanto, Montañó (2006), assim como muitos outros autores, apontam para a real intenção da classe dominante, por meio do poder político instituído pelo Estado, de que haja, cada vez mais, menos participação deste para com as necessidades da população. Assim, a “crise”, tão afirmada pelas classes dominantes, nada mais seria do que uma desculpa para minimizar o papel do Estado e transferir as responsabilidades para outro setor.

[...] a fração da classe hegemônica (o grande capital financeiro) aliada aos capitais nacionais desenvolve uma nova forma de enfrentar a crise, por um lado ampliando a exploração do trabalhador e, por outro, subjugando os pequenos e médios capitais. Surge assim, posteriormente a um surto de ditaduras militares, a nova resposta do capital à crise: o projeto neoliberal. A programática neoliberal representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital (que para a América Latina segue o receituário do Consenso de Washington, de 1989) frente à crise e às lutas de classes, e que deriva basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra-)reforma do Estado”. (MONTAÑO, 2006 p. 142-143).

Verifica-se, assim, que impera a lógica do mercado para que se salve o Estado da crise em que se encontra, como afirma PEREIRA (2001, p. 43): “Entre as estratégias

gerenciais utilizadas pela reforma está a competição administrada, ou a criação de quase-mercados, para controlar as atividades descentralizadas do Estado.”

Montaño (2006) diz ainda que:

Cria-se uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferentes conforme o poder aquisitivo de cada pessoa. Portanto, tais respostas não constituiriam um direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder aquisitivo da pessoa; a universalização cede lugar à focalização e à municipalização; a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada com a auto-ajuda e com a ajuda-mútua. (MONTAÑO, 2006, p. 143).

Dessa forma, imputa-se à sociedade as tarefas que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado, maquiando os objetivos por meio da alcunha de “solidariedade”, “engajamento social”, “preocupação com os menos afortunados”. Afirma Pereira (2001, p. 41-42): “Procura-se também ter um Estado ao mesmo tempo mais forte, mais capaz de fazer valer a lei e mais democrático, controlado mais eficazmente pela sociedade.”

## **2. A SOCIEDADE CIVIL E A RESPONSABILIZAÇÃO PELAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Há, agora, uma modificação de pensamento com relação ao papel do Estado, perante as necessidades públicas: já que não tem eficiência para oferecer bons serviços, o Estado deve passar para outros setores da sociedade os serviços que não lhe trazem lucro, que lhe causam demasiado ônus. Modesto (1998), afirma que o Estado, no contexto atual, não possui condições de monopolizar a prestação direta, executiva, de todos os serviços sociais de interesse coletivo. Assim, tais serviços podem ser “executados” por outros sujeitos, quiçá, associações de usuários, fundações ou organizações não governamentais sem fins lucrativos, sob acompanhamento e financiamento do Estado. Ou seja, o Estado deve regular a atividade dessas “associações”, talvez, até investir nelas, mas será apenas “Estado Regulador”; dessa maneira, promoverá os serviços sociais básicos e econômicos estratégicos, como por exemplo: assegurar o oferecimento de saúde, de maneira universal, mas sem ter o

domínio de todos os hospitais; oferecer educação de qualidade aos cidadãos, mas não estatizar o ensino.

Afirma GOHN (2008, p. 70-71): “Privatizações em massa de empresas estatais, liberalização dos mercados de bens de capital, desregulamentação acentuada da economia e forte redução do papel do Estado são os componentes essenciais daquelas políticas”. Outros autores também falam a respeito:

As teorias neoliberal e terceira via têm em comum o diagnóstico de que o culpado pela crise é o Estado, mas propõem estratégias diferentes de superação: o neoliberalismo defende o Estado mínimo e a privatização e a terceira via, a reforma do Estado e a parceria com o terceiro setor. Ocorre que, tendo o mesmo diagnóstico de que a crise está no Estado, nas duas teorias, este não é mais o responsável pela execução das políticas sociais: o primeiro repassa para o mercado e o segundo para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos. (PERONI; OLIVEIRA, 2009 p. 763).

A sociedade deve se responsabilizar, ser engajada, ser solidária, cuidar dos interesses que o Estado deixou de lado. Surge o termo “terceiro setor”, por alguns autores chamado de “terceira via” ou “sociedade civil”. Essa parcela da sociedade que vai executar políticas sociais, as quais não fazem parte do interesse do Estado, pois constituem ônus, passa a exercer grande importância, vendendo uma imagem de engajamento e preocupação com os interesses sociais.

A sociedade civil engloba todas as relações sociais que estão à margem do Estado mas que exercem algum tipo de influência sobre ele. De acordo com a tradição marxista, há uma correspondência entre a sociedade civil e a estrutura econômica da sociedade. A classe econômica dominante dispõe de um poder maior na sociedade civil. Isto é normalmente verdade, mas a sociedade civil precisa ser claramente diferenciada do Estado e do povo. A sociedade civil é constituída pelo povo, mas enquanto o povo é o conjunto de cidadãos iguais perante a lei, o poder político que cada indivíduo possui na sociedade civil é extremamente variável. (PEREIRA, 1995 p. 91-92).

O Estado passa a regular as atividades desenvolvidas pelo “terceiro setor”, por vezes até investindo em empresas, onerando impostos e oferecendo facilidades. A luta pelo direito universal às políticas sociais se torna algo pouco importante, diante da focalização e descentralização proporcionadas pelo terceiro setor. Surgem as ONGs

(Organizações Não-Governamentais), que são instituições voltadas para o serviço social, as quais não visam lucros:

Mesmo sem aderir a uma perspectiva neoliberal extremada, dominada pelo imperativo da redução do tamanho e das funções do Estado, é fácil constatar que nos anos recentes disseminou-se nos sistemas democráticos ou representativos de muitos países ocidentais o conceito de que a responsabilidade social não é mais um atributo exclusivo do Estado, nem da ação cívica dos indivíduos tomados um a um. Além do fenômeno da emergência das ONGs, podemos verificar em pesquisas recentes que segmentos da sociedade civil brasileira, especialmente empresas que buscam exclusivamente o lucro, estão aderindo a ou tomando a iniciativa de realizar programas de "responsabilidade social". (MATTOS; DRUMMOND, 2005, p. 178).

De acordo com esses autores, as ONGs surgiram, no Brasil, durante o período da Ditadura Militar, em resposta aos abusos cometidos pelo regime, sempre buscando defender os direitos dos cidadãos, já que aquela forma de Estado não o fazia. Grande parte das ONGs brasileiras teve início em movimentos religiosos.

Dessa maneira, apresenta-se uma proposta de instituição que não visa lucros, desenvolve um serviço necessário e que não onera o Estado. Mas, como afirma Montaño:

Ao esquecer as conquistas sociais garantidas pela intervenção e no âmbito do Estado, e ao apostar apenas/prioritariamente nas ações dessas organizações da sociedade civil, zera-se o processo democratizador, volta-se à estaca zero, e começa-se tudo de novo, só que numa dimensão diferente: no lugar de centrais lutas de classes, temos atividades de ONGs e fundações; no lugar da contradição capital/trabalho, temos a parceria entre classes por supostos "interesses comuns"; no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e "humanização" desta. (MONTAÑO, 2003, p. 18).

Outros autores chamam a atenção para o fato de as ONGs considerarem as lógicas de mercado:

A palavra de ordem passou a ser eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades. Ter pessoal qualificado com competência para elaborar projetos com gabarito passou a ser a diretriz central, e não mais a militância ou o engajamento anterior à sua causa em ação. (GOHN, 2008, 78).

Mattos e Drummond apontam para o crescimento exacerbado dessas instituições nos últimos anos:

No Brasil, há 1,2 milhão de pessoas atuando em mais de 250 mil organizações não-governamentais, que movimentam cerca de R\$ 12 bilhões anuais – o que corresponde a 1,2% do PIB brasileiro, sendo que a tendência dessas cifras é ascendente. O terceiro setor vem fazendo mais do que buscar atender às necessidades da sociedade que o governo e a iniciativa privada não atendem; ele é em si mesmo uma força econômica que gera, cada vez mais, renda e emprego. (MATTOS; DRUMMOND, 2005, p. 190).

Montaño atenta para o fato de que a execução dessas políticas, por parte do terceiro setor, prejudica as conquistas dos cidadãos, no que se refere ao cumprimento do direito universal às políticas sociais:

Neste sentido, o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los para a esfera do “terceiro setor” não é por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões *econômicas*: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo par isto é fundamentalmente *político-ideológico*: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades, e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial. (MONTAÑO, 2003, p. 241).

Fica explícito que é do interesse do Estado que essas instituições assumam setores onerosos, de forma a criar “parcerias” para facilitar os serviços oferecidos. Assim, essas instituições, que se afirmam “não-governamentais” e “não lucrativas”, firmam convênios, buscando financiamento por parte do Estado para executar tais serviços.

### 3. O PAPEL DAS ONGS NA SOCIEDADE

Recebendo ajuda do Estado, as ONGs realizam um serviço que afirmam não ser lucrativo. No entanto, é sabido que recebem benefícios e partilham vantagens:

Porém esta *parceria* entre o Estado e as “organizações sociais” (instituída mediante a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999), mais do que um estímulo estatal para a ação cidadã, representa desresponsabilização do Estado da resposta à “questão social” e sua transferência para o setor privado (privatização), seja para fins privados (visando lucro), seja para fins públicos. [...] A verdadeira motivação desta (contra-)reforma, o que está por trás de tudo isto, no que refere à chamada “publicização”, é, por um lado, a diminuição dos custos desta atividade social – não pela maior eficiência destas entidades, mas pela verdadeira precarização, focalização e localização destes serviços, pela perda das suas dimensões de universalidade, de não-contratualidade e de direito do cidadão -, desonerando o capital; por outro lado, o retiro destas atividades do âmbito democrático-estatal e da regência conforme o direito público, e sua transferência para o âmbito e direitos privados (independentemente de os fins serem privados ou públicos), e seu controle seguindo os critérios gerenciais das empresas, e não uma lógica de prestação de serviços e assistência conforme um nível de solidariedade e responsabilidade sociais. (MONTAÑO, 2003, p. 47-48).

Afirma Pereira (2001):

[...] o Estado não é visto como produtor – como prega o burocratismo -, nem como simples Estado de direito que garanta os contratos e os direitos de propriedade – como afirma o liberalismo clássico -, e tampouco como o Estado em que, adicionalmente, o Parlamento delega a agências reguladoras poder discricionário para determinar preços em setores monopolistas em que houve privatização – como reza o credo neoliberal -, mas é, além disso, entendido como “financiador” (ou “subsidiador”) dos serviços não-exclusivos e como capacitador do poder competitivo das empresas privadas nacionais. (PEREIRA, 2001, p. 39).

Assim, as parcerias são firmadas para que o Estado financie os serviços e as ONGs possam obter vantagens:

As chamadas *organizações não-governamentais* (ONGs), quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio das *parcerias*, ou quando são contratadas pelo Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma *terceirizada*, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fiéis a seu dito caráter “não-governamental” e à sua condição de “autogovernada”. Efetivamente, o Estado, ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa *seletiva*, dentro e a partir da *política governamental*, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros – aqueles selecionados pelo(s) governo(s). (MONTAÑO, 2003, p.57).

Ou seja, é enganosa a ideia de solidariedade, engajamento social e preocupação com as políticas sociais, vendida por essas instituições. Busca-se que a sociedade pague por um serviço que deveria ser oferecido pelo Estado, de forma integral e universal. Dessa maneira, é possível ofertar um serviço “precário”, com a propaganda de que é bem desenvolvido, já que toda a sociedade está envolvida em seu cumprimento, bem como faz parte de uma cultura de “ajudar os mais necessitados”.

No entanto, o que se verifica, não em todos os casos, é claro, é que há interesses de mercado de grandes grupos, que buscam vantagens quando da “parceria” firmada com o Estado. Modesto (1998), afirma que há uma lacuna no que tange à legislação para firmar essas “parcerias”; a questão sobre a liberação financeira de recursos públicos não impõe limitação ao Poder Público no que diz respeito aos contratos de parceria, possibilitando, assim, que o Estado libere valores sem uma real fiscalização e controle por parte da sociedade.

Mas por que o Estado, que vem se omitindo em sua responsabilidade de intervenção social, repassa recursos públicos para as entidades do “terceiro setor” mediante a parceria? Na verdade esta parceria fundamenta-se, por um lado, na real redução relativa de gastos sociais; é mais barato que as ONGs prestem serviços precários e pontuais/locais, do que o Estado, pressionado por demandas populares e com as necessidades/condições da “lógica democrática”, desenvolva políticas sociais universais permanentes e de qualidade. Mas, por outro lado, e de forma fundamental, o objetivo da parceria é claramente ideológico; visa mostrar não um desmonte da responsabilidade estatal nas repostas às sequelas da “questão social”,

a eliminação do sistema de solidariedade social, o esvaziamento do direito a serviços sociais de qualidade e universais, mas, no seu lugar, quer fazer parecer como um processo apenas de transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática e participativa e mais eficiente (o “terceiro setor”). (MONTAÑO, 2003, p. 199-200).

Muitos autores chamam a atenção para o fato de que essas instituições passaram a buscar parcerias e cumprir tais serviços, apenas como desculpa para alcançar seus próprios objetivos:

O termo *pilantropia* passou a ser utilizado para referir-se ao conjunto de entidades detentoras do título de utilidade pública e do certificado de fins filantrópicos, os quais passaram a ser o passaporte indispensável e suficiente para uma série de benefícios oferecidos pelo Poder Público. (MÂNICA, 2007, p. 176).

Além disso, é preciso lembrar os gastos realizados com essas “organizações não-governamentais”, as quais acabam por receber muito mais incentivo financeiro do que outros setores financiados pelo Estado:

Com base em dados agregados oficiais, de 1995, sabe-se que cerca de 1,12 milhão de pessoas prestaram trabalho remunerado ao “setor sem fins lucrativos”, alcançando a marca de 1,5 milhão de indivíduos ocupados quando se somam os voluntários. As despesas operacionais desse mundo de organizações quase atingiram R\$ 11 bilhões no mesmo ano, ou 1,5% do Produto Interno Bruto – PIB – nacional. Do lado da receita, quando se exclui o segmento diretamente vinculado a religiões, o volume gerado como receita própria pelas organizações foi de 73,5%, enquanto o governo participou com 15,7% e o recebimento de doações privadas participou com apenas 10,9%. (HADDAD; OLIVEIRA, 2001, p. 64).

Também é preciso lembrar que essas instituições movimentam um mercado de trabalho que oferece vantagem para o voluntariado, retirando os direitos conquistados pelos trabalhadores em anos de luta:

As ONGs passaram a atuar não apenas na geração de empregos e oportunidades de trabalho temporário, sem vínculo empregatício, sob a forma de cooperativas, onde a renda é gerada pela quantidade

produzida. Passaram a atuar também no âmbito da requalificação dos trabalhadores, patrocinando cursos de curta duração para desenvolver novas habilidades ou alternativas para aqueles que estão sendo excluídos do mercado de trabalho por obsolescência de suas funções ou introdução de novas tecnologias, ou simplesmente, sendo demitidos devido a programas de redução de custos. (GOHN, 2008, p. 82).

Montaño (2003) afirma que essas organizações se dizem “não-governamentais”, no entanto, até pelo próprio financiamento que recebem do Estado, não são totalmente livres como pregam. Sem esquecer, ainda, que as políticas sociais desenvolvidas por esse setor ficam no âmbito do *possibilismo*, ou seja, só se realiza o que é possível. Não se incentiva mais a população a lutar por seus direitos de forma geral, completa, mas sim, a aceitar políticas sociais focalizadas, realizadas por um setor que visa à lógica de mercado e é financiado pelo Estado, buscando seus próprios interesses.

#### **4. O QUE FAZEM ESSAS ONGS PELA EDUCAÇÃO?**

Uma das áreas que são negligenciadas pelo Estado é a educação. Apesar de haver muito discurso sobre a importância da educação e do conhecimento, no atual contexto, o Estado não financia a educação de forma universal e completa. Não oferece uma educação comprometida com a mudança, mas sim, apenas os conhecimentos básicos necessários para o trabalho mecanizado, que pode formar um trabalhador para a fábrica. No entanto, o que se percebe é que, mesmo essa educação limitada, não tem sido ofertada pelo Estado. As políticas apontadas por instituições internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) estabelecem que a educação seja financiada apenas em parte pelo Estado e que outras instituições se responsabilizem por sua execução. Assim, continua se reproduzindo a lógica do capital e ganham os setores envolvidos, realizando suas atividades com base nas lógicas de mercado e lucro.

Da parte do Banco Mundial, do Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID – e, por último, do Fundo Monetário

Internacional – FMI - , parece consensual o entendimento de que programas de erradicação da pobreza e do desenvolvimento requeiram o engajamento ativo da sociedade civil, sob pena de ineficácia. Atribui-se papel chave às OSCs, tanto comunitárias como intermediárias (as ONGs), busca-se envolvê-las em projetos oficiais, reconhecendo nelas competência peculiar. (HADDAD; OLIVEIRA, 2001, p. 66).

A educação, no contexto do século XXI, precisa ser abrangente e preparar um “cidadão” criativo e capaz de realizar diversas atividades. Essa educação não pode ser ofertada pelo Estado, já que este se encontra em crise: “Ou seja, é dada grande ênfase na dinamização da educação, como mola-mestra de geração de novas potencialidades e habilidades a serem adquiridas pelos indivíduos, por vivermos na tal sociedade informacional/midiática da terceira onda.” (GOHN, 2008, p. 73)

Zanardini (2007) ressalta: “Esses princípios traduzem, então, uma reforma da educação capaz de desenvolver no espírito humano a capacidade de resolver problemas, de produzir um espírito criativo e flexível para sobreviver aos desafios postos pela modernização da sociedade e adequar-se à “nova racionalidade” exigida por essa sociedade.” (ZANARDINI, 2007, p. 257)

Gohn (2008) fala da importância das ONGs no contexto da educação, já que passaram a se responsabilizar por atividades negligenciadas pelo Estado. A oferta de políticas sociais por parte dessas instituições, segundo a autora, nem sempre seguem os critérios e conceitos embasados em uma formação completa, universal para a educação. Sua lógica é a de lucro, portanto, quando se voltam para a educação, aplicam tais fundamentos para uma formação preocupada com a capacitação para o trabalho, para a reprodução do capital.

A proposição de um “novo paradigma” de conhecimento, apresentada pela pós-modernidade, e, poderíamos dizer, também pela globalização e pelo neoliberalismo, exige, entre outros aspectos, a reforma da educação, visando à sua adequação ao cenário cultural e econômico delineado, e recoloca a preocupação com os fatores que supostamente estariam “desviando” a escola do curso da racionalidade desejada. (ZANARDINI, 2007, p. 255).

A mesma autora ressalta, ainda: “[...] é preciso pensar a escola a partir do mundo dos negócios, principalmente porque a educação deve estar permanentemente ligada ao mercado, e se faz necessário torná-la eficiente, reduzindo os custos de sua organização, melhorando a relação custo-benefício e atendendo às demandas da sociedade globalizada.” (ZANARDINI, 2007, p. 260)

Dessa maneira, pode-se apontar o trabalho de algumas ONGs voltadas para a educação, como o Instituto Henfil, que oferece, entre outros serviços, um curso preparatório para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Não discutiremos, nesse momento, as implicações de exames desse gênero (como também é o ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), os quais são realizados com o “falso intuito” de verificar os índices educacionais, mas que, na verdade, tornaram-se base para competição entre escolas e cursos de vestibular, que estabelecem um *ranking* baseado nas notas alcançadas. Sem falar dos incentivos oferecidos para as instituições que obtêm boas notas em tais exames, dos cursos preparatórios, do mercado que se esconde por detrás dessas provas. A educação é vista como um produto de mercado, como aponta Zanardini (2007):

[...] o ideal liberal manifesta sua pretensão de reverter os aspectos que estariam impedindo a contribuição da educação para a racionalidade do capital e para a “felicidade” dos homens, e estaria, a partir de uma concepção “produtiva” e, portanto, “pragmática” da educação, adequando-a à racionalidade, à “nova racionalidade”, exigida em tempos de capitalismo global. (ZANARDINI, 2007, p. 262).

A prova dessa lógica de mercado pode ser apontada por meio do curso oferecido pelo Instituto Henfil, como se aponta a seguir.

## **5. INSTITUTO HENFIL E O CURSO PREPARATÓRIO PARA O ENEM**

Nesse sentido, o Instituto Henfil pode servir como exemplo de uma prática muito comum, no atual contexto. Visando suprir todas as lacunas deixadas pela educação pública, os cursos particulares oferecem preparatórios para a realização de provas como o ENEM. Já que esse exame passou a ser considerado como porta de entrada para muitas universidades brasileiras, há o interesse de que os alunos

obtenham boas notas. Ou seja, o objetivo primeiro do exame, que era o de verificar se os objetivos educacionais foram alcançados, foi totalmente distorcido. A busca, agora, é por aprovação. A nota obtida no ENEM também pode ser utilizada para conquistar uma bolsa no PROUNI (Programa Universidade para Todos), projeto lançado pelo governo Lula, que oferece bolsa em universidades privadas para alunos que não tenham condições de pagar pelo curso. De acordo com o site do Instituto Henfil: *"O Instituto Henfil é uma ONG formada por pessoas preocupadas com o desenvolvimento de políticas na área de Educação e Cultura. O projeto Cursinho Comunitário do Henfil tem o objetivo de possibilitar o acesso a um curso pré-vestibular de qualidade à pessoas que não podem arcar com os custos de uma escola particular. É mais barato porque não tem fins lucrativos e cobra somente pela manutenção do projeto."*<sup>2</sup>

O instituto possui unidades em São Paulo, a saber: Tatuapé, Diadema, Osasco, Santo André, Mauá, entre outros, mas oferece as aulas disponibilizadas no site, mediante pagamento.

O site possui uma seção chamada "TV Henfil", onde é possível encontrar vídeo-aulas. É preciso lembrar que o Instituto Henfil é uma organização não-governamental voltada para o curso preparatório ao vestibular, possuindo, também, essa opção de curso preparatório para o ENEM.

Na seção dedicada ao ENEM, o site oferece o curso de forma presencial ou à distância. Sendo à distância, é possível comprar o curso para uso individual e para a comunidade.<sup>3</sup> Há uma tabela com os horários das aulas, assim como com o valor de cada curso, material didático e formas de pagamento. Os valores para o "Enem na sua casa", vendido para uso individual, vão de R\$ 600,00 a R\$ 750,00, oferecendo aulas em horários diferenciados e material didático. As ofertas do curso para o "Enem na sua comunidade" são disponibilizadas em duas categorias: "Enem para Escolas públicas" e "Enem para Escolas particulares". Os preços variam de R\$ 300,00, para escolas públicas e até R\$ 600 para escolas particulares. O site disponibiliza formas de parcelamento.<sup>4</sup>

O site apresenta ainda os "Diferenciais" para a escolha do "Curso Henfil para o ENEM." Dentre esses diferenciais, aponta-se o trabalho desenvolvido como "projeto

---

<sup>2</sup> <http://www.cursinhohenfil.org.br/quemsomos.asp>

<sup>3</sup> <http://www.cursoenem.org.br/>

<sup>4</sup> <http://www.tvhenfil.org.br/enem-comunidade.html>

social”, assim como uma lista de benefícios que o curso oferece, figurando: facilidade de acesso, aulas e dicas, assessoria pedagógica, plantão de dúvidas, entre outros.<sup>5</sup> Além disso, também se elenca o fato de o curso oferecer “Professores Show”, que já trabalharam nos melhores cursos de vestibular do país.

Em busca no site “Google”, foi possível encontrar uma notícia sobre a firmação de parcerias entre os CVTS (Centro Vocacionais Tecnológicos) e a Ong Instituto Henfil para um curso preparatório para o ENEM.<sup>6</sup>

Sendo assim, percebemos o alcance efetivado por essa instituição, oferecendo cursos preparatórios para o vestibular e ENEM por todo o território brasileiro.

## 6. CONCLUSÃO

Com base no estudo realizado, na bibliografia lida, é possível afirmar que a lógica de mercado impera na oferta de educação. A alcunha de ONG, em muitos casos, pode estar maquiando a real intenção de grandes empresas, que buscam conseguir benefícios e isenções fiscais por meio da implementação de “projetos sociais”. Para a captação de recursos, muitas dessas instituições firmam parcerias com o Estado, que se diz em crise e já não tem interesse em financiar integralmente as políticas educacionais.

No caso da ONG Instituto Henfil, a venda de cursos preparatórios para o ENEM movimentam um mercado fortalecido, que oferece cursos *online*, assim como presenciais, figurando entre um dos melhores do país e utilizando de seus bons resultados para a captação de novos alunos. A oferta da educação como “mercadoria”, com “professores show”, “material didático eficiente”, demonstra as lógicas de mercado que estão por trás da alcunha de “projeto social” para o benefício dos que não podem pagar por um curso preparatório ainda mais caro.

Ora, o Instituto Henfil, antes de mais nada, é um curso preparatório para o vestibular que se apresenta como uma ONG; é preciso lembrar que as ONGs recebem benefícios fiscais e isenção de impostos, assim, configura vantagem oferecer um “projeto social”, como é o “Curso preparatório para o ENEM”, já que isso pode

---

<sup>5</sup> <http://www.cursoenem.org.br/diferenciais.html>

<sup>6</sup> <http://www.inclusaodigital.mg.gov.br/noticias/343/cvt-de-papagaios-firma-parceria-com-a-ong-instituto-henfil-para-promover-o-curso-preparatorio-para-o/>

possibilitar benefícios; além do fato de que esse curso não é oferecido de forma gratuita, e sim, com redução de custo.

Portanto, verificam-se várias das políticas neoliberais apontadas anteriormente, retirando do Estado a responsabilização por uma educação de qualidade e colocando-a sob a execução de instituições privadas, que buscam seus próprios interesses.

Não faz parte das políticas neoliberais, que regem nosso Estado, investir em educação de qualidade, a fim de possibilitar o ingresso de todos os estudantes que sempre ocuparam os bancos da escola pública. Ao transferir para instituições privadas essa parcela da educação, o Estado assume o desequilíbrio e ineficiência da educação pública, além de demonstrar que não há intenção em proporcionar educação de qualidade para toda a população.

*“Deve haver algum lugar  
Onde o mais forte  
Não consegue escravizar  
Quem não tem chance.”  
Fábrica – Legião Urbana*

## REFERÊNCIAS

- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** Cortez, São Paulo: 2008.
- MÂNICA, Fernando Borges. Panorama histórico-legislativo do Terceiro Setor no Brasil: do conceito de Terceiro Setor à lei das OSCIP. In: OLIVEIRA, Gustavo J. de. (coord.) **Terceiro Setor, Empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado.** Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 163-194
- MATTOS, Solange M. da S. N.; DRUMMOND, José A. **O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONG'S ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001).** Revista Sociologia e Política, Curitiba, 24, p. 177-192, jun. 2005
- MODESTO, Paulo. **Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil.** RDA 214: 55-68, out.dez, 1998
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2003.
- MONTAÑO, Carlos. **Um projeto para o Serviço Social crítico.** Katálysis, v.9, n.º2 jul./dez. 2006 – Florianópolis, SC, 141-157
- OLIVEIRA, Anna C.; HADDAD, Sérgio. **As organizações da sociedade civil e as ONGs de Educação.** Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 61-83, março/2001.
- PEREIRA, Luiz C. B. **Estado, Sociedade Civil e Legitimidade Democrática.** Lua Nova, n.º36, 85-104, 1995
- PEREIRA, Luiz C. B. A Reforma Gerencial de 1995. In: **Burocracia e reforma do Estado.** Cadernos Adenauer II, nº3. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, julho/2001.29-45
- PERONI, Vera M. V.; OLIVEIRA, Regina T. C. de; FERNANDES, Maria D. E. **Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação brasileira.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.
- ZANARDINI, Isaura, M. S. **A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade.** Perspectiva, Florianópolis, v. 25, n. 1, 245-270, jan./jun. 2007